



O VOTO de vencido da procuradora à Câmara Corporativa D. Maria de Lourdes Pintasilgo, transcrito no último número deste jornal, constitui acontecimento de grande relevo.

Cordata mas firmemente, por vezes mesmo com certa veemência, põe-se nela em causa o modelo a que vamos ficando cada vez mais sujeitos e que o Plano adopta categoricamente. A procuradora vencida tem a coragem de dizer não ao desenvolvimento económico como projecto global e à subordinação que a ele se fez da investigação científica.

«O sentido global da evolução a visar não poderá deixar de ser, a prazo, a sintonização com a Europa desenvolvida».

Este modelo global a que se opõe o não categorico.

Não cabe aqui repetir as razões dessa exemplar rejeição, as quais são da mais variada ordem, desde a recusa da competição como mola real do desenvolvimento global, até à desconformidade do modelo das sociedades desenvolvidas com a circunstância e a essência portuguesa; desde a negação da coin-

Um não categorico

cidência do crescimento económico com o desenvolvimento económico e social, até à necessidade da adequada utilização de todos os recursos humanos potenciais para a mobilização integral do País na construção do seu projecto social, com recurso a mecanismos de participação de toda a população.

O que a desassombrada procuradora põe lucidamente em causa é, parece-nos, o desenvolvimento do capitalismo no qual já estamos inseridos, é a sociedade do lucro que se apresenta com os títulos de consumo e abundância.

Nos próprios países democráticos o desenvolvimento capitalista é cada vez mais atacado por razões ecológicas, sociais, políticas e económicas. Os novos proletários da sociedade da abundância continuam sujeitos a um trabalho desumano, não já pela sua duração, nem pelo depauperamento de não ganharem para comer, nem por sufocarem nos locais de trabalho.

Os problemas agora são outros: a monotonia esgotante e o ritmo enlouquecedor do trabalho em cadeia; as longas viagens de e para o local do trabalho que fazem com que, trabalhando muito menos horas, o operário continue privado de tempos li-

res e submetido a uma fadiga nervosa igual ou pior do que o anterior cansaço físico; o ritmo artificial de uma vida centrada sobre a competição constante, sujeita a permanentes acréscimos de consumo pela pressão de uma publicidade desenfreada.

Estes são apenas alguns traços ligeiros dos muitos motivos que levam hoje à contestação global, e violenta muitas vezes, do desenvolvimento capitalista.

Reage-se assim contra a identificação do crescimento do lucro com a promoção humana precisamente porque, na realidade, a sistemática e exaustiva procura dos lucros cada vez maiores é feita em detrimento e à custa do crescimento do homem e da justa organização da sociedade.

Nos países democráticos os meios de acção e de expressão permitem uma denúncia constante das injustiças, põem em movimento os vários mecanismos de correcção do próprio sistema, que contestando-o, não deixam de ser-lhe indispensáveis pela actualização a que o forçam e pelo incentivo de aperfeiçoamento que as suas críticas contêm.

Apesar de tudo o actual de-

seenvolvimento económico dá-se mal com a liberdade política.

O projecto económico global imposto pelo capitalismo actual não consente alterações significativas e, portanto, não pode sujeitar-se senão a críticas superficiais de pormenor.

Por isso é sensível, nas sociedades desenvolvidas das nações democráticas, um reforço de autoridade que cada vez admite menor margem de controversia nos problemas cuja solução é imposta pelo projecto económico global.

E nisso, também, que o não categorico que vimos comentar, do *Centro de Cuidar o Futuro*, se trata.

O autoritarismo paternalista do modelo salazarista do País agrário foi sendo levado a cabo sem grandes violências públicas, com aparente respeito pela dignidade das pessoas. A eficácia do monolitismo político intransigente e duro era compatível com certa discrição e aparente suavidade de meios repressivos.

Quanto maior for o desenvolvimento do capitalismo industrial menos possível será manter essas formas aparentemente benignas.

Daí a tremenda urgência da liberalização política.

E isto, também, que a declaração de voto da procuradora



a nosso ver salienta.

Iremos ainda atrás da chamada sociedade de consumo, com as suas alienações desumanizadoras ao serviço de um lucro cada vez maior, quando se reconhece em toda a parte a insuficiência de uma mera sociedade de bem-estar para uma realização plenamente humana? Essa parece ser categorica, a linha do novo Plano de Fomento, quando apresenta como modelo o da sintonização com a Europa desenvolvida. A ela se opõe, solitário mas firme, o voto que vimos comentando.

Aonde chegarem por este caminho de desenvolvimento económico proposto como projecto global de sociedade, inserido em estruturas políticas autoritárias?

Em recente entrevista em que à lucidez de análise se alia um constante rejeitar de ideias feitas, afirmou Manuel Lucena: «O que me interessa é salientar que Portugal, se chegasse à abundância pelo caminho que leva, ficaria mais chegado ao novo totalitarismo do que os países em que subsiste uma forte herança liberal. Porque isso repugnava à tradição cristã e porque isso não convinha à iniciativa privada. Salazar e Marcello nunca foram pelo totalita-

Francisco Sá Carneiro

rismo do Estado. Nesse sentido o regime não foi totalitário. Paradoxalmente poderá vir a sê-lo através da «liberalização».

O quadro foi traçado na Assembleia durante a revisão constitucional em termos que creio valerá a pena transcrever porque contém a evolução potencial da aplicação eficaz — e desde que a eficácia é pressuposto fica diminuído entre nós o risco — do modelo de desenvolvimento adoptado.

«Qualquer Estado moderno é inevitavelmente um Estado social, pois nenhum poder politicamente organizado é hoje possível deixar de conformar-se com as realidades sociais e tomar a seu cargo a satisfação das necessidades colectivas.

Mas na interacção da sociedade e do Poder político gera-se uma inevitável tendência de domínio e de absorção.

Quando ele domina todos os campos do humano, sempre em nome de uma classe, de uma raça, de um designio nacional, pois o totalitarismo é de nobres ideias, temos a absorção da sociedade pelo Estado. O Estado totalitário é um Estado social que absorve toda a sociedade.

Mas o domínio inverso também é possível, e está difundindo-se em nossos dias.

O desenvolvimento do económico e a aplicação crescente da técnica a todos os ramos geram a obsessão da eficiência.

A sociedade tende a impor as suas técnicas privadas ao próprio Poder político e o Estado é encarado como uma grande empresa confiada aos tecnocratas em ordem à obtenção da maior eficiência possível.

O Poder despolitiza-se, a sua legitimidade é aferida pela eficácia da sua acção, e as próprias leis não são mais do que grandes ordens de serviço: é o reino dos tecnocratas, em que a sociedade domina o Estado.

Numa ou noutra das hipóteses assim esquematicamente esboçadas, o homem, que no Estado liberal estava abandonado à sua própria liberdade, está agora absorvido no sistema que dela nada lhe deixa.

Formado, orientado, determinado até ao seu íntimo pelo Estado totalitário, não lhe resta senão colaborar no grandioso projecto que lhe é imposto como seu supremo bem; nada há fora do Estado, a pessoa desapareceu, resta o colaborador.

Menos violento, menos desagradável, mas não menos pesado é o domínio da sociedade tecnocrática, que toma a seu cargo o homem e lhe dá conforto, bem-estar e segurança: que

tanto empenho põe na satisfação das suas necessidades, que constantemente lhas multiplica para mais generosa ser, para mais farto o ter.

Os técnicos solícitos organizam a vida do trabalho, planificam a família, fornecem segurança, aplicam os tempos livres, libertam da liberdade.

Com a condição de que o homem lhes não estrague a eficiência, sumo bem de uma sociedade da abundância, a pessoa aniquilou-se, resta o consumidor. Mas é indispensável que ele não ponha em causa as estruturas, não se aperceba sequer de que é uma peça necessária ao aumento do lucro através do incremento da produção.

A diferença está na ideologia, mas não só nela. O Estado totalitário domina o homem, priva-o da liberdade e como contrapartida oferece-lhe a inteligência a grandeza de um futuro, de um domínio rácico, de um mito histórico. Pode ser grandioso, mas é magro.

A compensação da sociedade tecnocrática é bastante mais palpável, pois vai ao encontro do instinto e de bem-estar e de prazer. Mas, numa ou noutra hipótese, a pessoa ficou liberta da sua própria liberdade. — Revisão Constitucional, Livraria Figueirinhas, 41.

Ési o modelo!